



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Aplicação: 21/9/2008

PROVAS OBJETIVAS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E OITENTA** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 180.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Não há melhores alianças do que as que traçam os interesses, nem nunca haverá.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **23/9/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **24 e 25/9/2008** – Recursos (provas objetivas)*.
- III **16/10/2008** – Resultado final das provas objetivas, resultado provisório da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **17 e 18/10/2008** – Recursos (prova discursiva)*.
- V **20 e 21/10/2008** – Entrega de títulos, em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.
- VI **5/11/2008** – Resultado final da prova discursiva, resultado provisório da avaliação de títulos e convocação para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência: Diário Oficial da União e Internet.
- VII **6 e 7/11/2008** – Recursos (avaliação de títulos)*.
- VIII **9/11/2008** – Realização da perícia médica, em locais e horários a serem informados na respectiva convocação.

* exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – MDIC, de 17/7/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 180** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ALADI = Associação Latino-Americana de Integração; BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CACEX = Carteira de Comércio Exterior; CAMEX = Câmara de Comércio Exterior; CF = Constituição Federal de 1988; CVM = Comissão de Valores Mobiliários; EUA = Estados Unidos da América; GATT = Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INCOTERMS = termos internacionais de comércio; IPI = imposto sobre produtos industrializados; LC = Lei Complementar; MDIC = Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; MERCOSUL = Mercado Comum do Sul; OMC = Organização Mundial do Comércio; ONU = Organização das Nações Unidas; PIB = produto interno bruto; PROEX = Programa de Financiamento às Exportações; SISCOMEX = Sistema Integrado de Comércio Exterior; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A política de comércio exterior do Brasil envolveu historicamente um grande debate nacional. Governo e lideranças sociais a ela vincularam as possibilidades do desenvolvimento econômico, desde as suas origens, na primeira metade do século XIX. Em três períodos, ela foi atrelada a diferentes paradigmas de inserção internacional: 4 o conservador do século XIX, que se estendeu até os anos 30 do século seguinte; o do Estado desenvolvimentista, que vigorou desde então até 1989; e o novo paradigma de 7 inserção liberal em formação nos anos noventa. 10

Amado Luiz Cervo. Internet: <www.martin-keil.net> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 1 As duas ocorrências do pronome “ela” (l.3 e 5) se referem ao mesmo antecedente: “A política de comércio exterior do Brasil” (l.1).
- 2 Conforme informa o texto, a política de comércio exterior começou a se estabelecer na primeira metade do século XIX.
- 3 A palavra “atrelada” (l.6) está sendo empregada com o sentido de **sofreada, refreada**.
- 4 O sinal de dois-pontos, na linha 6, justifica-se porque o segmento subseqüente é composto por uma enumeração de itens de função sintática equivalente.
- 5 As orações “que se estendeu até os anos 30 do século seguinte” (l.7-8) e “que vigorou desde então até 1989” (l.8-9) estão antecedidas por vírgulas porque são subordinadas adjetivas restritivas.

Considerando que os fragmentos incluídos nos itens a seguir são partes sucessivas de um texto adaptado de Pedro da Motta Veiga e Roberto Magno Iglesias (<www.bndes.gov.br>), julgue-os quanto à correção gramatical.

- 6 A institucionalidade da política de comércio exterior viveu, a partir do final dos anos 80, uma lenta e difícil transição. Até então, o modelo institucional apoiava-se na centralização do poder normativo e de gestão dos instrumentos (de promoção, de financiamento etc.) em uma superagência estatal: a CACEX, do Banco do Brasil, funcionando o Conselho de Comércio Exterior como instância interministerial de formulação de políticas.
- 7 A extinção da CACEX ocorreu simultaneamente à uma ampla redefinição do quadro em que é formulada e implementada a política brasileira de comércio exterior: novos condicionantes externos (as regras da OMC e os compromissos no MERCOSUL) E internos (os esforços de ajuste fiscal) restringiram drasticamente as perspectivas de continuidade das políticas de exportação então vigentes, ao passo que a abertura comercial redefiniu prioridades e instrumentos no âmbito da política de importação.
- 8 A partir de meados da década passada, o objetivo de aumentar exportações ganhou destaque entre as prioridades de governo, e as negociações comerciais adquiriram peso crescente na agenda da política de comércio exterior, tornando-se gradativamente uma questão significativa no debate político doméstico no país.
- 9 Portanto, ao se iniciar a nova década, o ambiente que se formula e gerencia a política de comércio exterior brasileira é radicalmente diverso daquele que vigiu à época em que a CACEX atuava como superagência nessa área. A institucionalidade da política distanciou-se do modelo CACEX, mas é pouco nítido o modelo desejável e adequado aos novos condicionantes e objetivos.

1 Os anos noventa presenciaram uma radical
transformação do pensamento diplomático brasileiro
aplicado às relações econômicas internacionais do Brasil.
4 Essa mudança não produziu, todavia, um consenso linear ao
longo da década. Alguns traços caracterizam o novo período
em seu conjunto, mas a evolução não se fez sem
7 repercussões sobre a sociedade e sem que suas forças
acabassem por reagir. Três tempos curtos marcam o período.
Durante o governo de Fernando Collor de Mello, entre 1990
10 e 1992, procedeu-se à demolição instantânea dos conceitos
que haviam alimentado durante décadas os impulsos da
diplomacia: o *nacional-desenvolvimentismo* e sua carga
13 política e ideológica cederam à vontade de abrir a economia
e o mercado, de forma irracional e reativa, à onda de
globalização e de neoliberalismo que penetrava o país vinda
16 de fora. Ao substituí-lo na presidência, Itamar Franco recuou
momentaneamente aos parâmetros anteriores do Estado
desenvolvimentista, sem, contudo, bloquear a consciência da
19 necessidade de se prosseguir com as adaptações aos novos
tempos. A ascensão à Presidência da República de Fernando
Henrique Cardoso, em 1995, levou à reposição das
22 disposições ideológicas e políticas do governo de Fernando
Collor, vale dizer, ao desprezo pelo projeto nacional de
desenvolvimento e à resignação diante da nova divisão do
25 trabalho inerente à forma globalizante do capitalismo, mas
seu estilo de diplomacia democrática deu alento a pressões
que vinham de segmentos sociais e que acabaram por
28 condicionar o pensamento e o processo decisório.

Amado Luiz Cervo. Internet: <www.martin-keil.net> (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 10 Na década de noventa do século passado, a transformação
sofrida pelo pensamento diplomático brasileiro no que se
refere às relações econômicas internacionais apresentou
características homogêneas e consensuais, mediante a
adoção de uma posição *nacional-desenvolvimentista*
contínua.
- 11 Em “procedeu-se” (ℓ.10), o termo “-se” indica voz reflexiva.
- 12 O emprego do sinal indicativo de crase em “à onda” (ℓ.14)
justifica-se pela regência de “abrir” (ℓ.13) e pela presença de
artigo definido feminino singular.
- 13 Na linha 15, “penetrava” está no singular e “vinda” está no
feminino e no singular porque concordam com “onda” (ℓ.14),
mas o emprego das formas **penetravam** e **vindos** estaria
gramaticalmente correto, já que pode ocorrer a concordância
com “de globalização e de neoliberalismo” (ℓ.14-15).
- 14 Trata-se de texto subjetivo e pessoal, em que o autor se
coloca de forma explícita por meio de pronomes.

1 Durante o período de industrialização protecionista,
a administração da proteção (especialmente não-tarifária)
à indústria doméstica contra a competição dos importados
4 constituiu, junto com instrumentos de incentivo ao
investimento, um dos principais mecanismos de
implementação da política industrial. A partir da década de
7 70, políticas ativas de promoção de exportação, apoiadas em
incentivos fiscais e creditícios, juntaram-se a esse elenco de
instrumentos. Uma característica marcante desse conjunto de
10 instrumentos refere-se ao fato de que sua concepção e
administração eram essencialmente setoriais. Não por acaso,
as instituições públicas encarregadas da gestão das políticas
13 industrial e comercial, como o Conselho de Desenvolvimento
Industrial e a CACEX, eram rigorosamente estruturadas
internamente segundo clivagens setoriais e subsetoriais. Daí
16 decorreu que as relações de interlocução e consulta entre o
setor público e os agentes privados, nesse caso,
exclusivamente as empresas e associações setoriais
19 diretamente interessadas, se deram quase que exclusivamente
ao longo desse eixo de articulação.

Pedro da Motta Veiga e Roberto Magno Iglesias.
Internet: <www.bndes.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 15 O emprego do sinal indicativo de crase em “à indústria” (ℓ.3)
justifica-se pela regência de “proteção” (ℓ.2) e pela presença
de artigo definido feminino singular.
- 16 O segmento “apoiadas em incentivos fiscais e creditícios”
(ℓ.7-8) está entre vírgulas porque é uma oração reduzida de
particípio e tem natureza restritiva.
- 17 A forma verbal “eram” (ℓ.11) está no plural porque concorda
com sujeito composto.
- 18 Pelos sentidos do texto, a palavra “clivagens” (ℓ.15) está
sendo empregada com o sentido de **demandas**.
- 19 Em “se deram” (ℓ.19), o termo “se” indica sujeito
indeterminado.
- 20 A expressão “desse eixo de articulação” (ℓ.20) refere-se ao
antecedente “as instituições públicas encarregadas da gestão
das políticas industrial e comercial, como o Conselho de
Desenvolvimento Industrial e a CACEX” (ℓ.12-14).

1 The United Nations Commission on International
Trade Law (UNCITRAL) approved on Thursday, 3 July, the
draft Convention on Contracts for the International Carriage
4 of Goods Wholly or Partly by Sea. The draft Convention will
be presented to the General Assembly for conclusion later in
2008.

7 Since 2002, UNCITRAL's Working Group on
Transport Law has been working in close cooperation with
interested international, inter-governmental and
10 non-governmental organizations to prepare a legislative text
on issues relating to the international carriage of goods. The
draft Convention was prepared over thirteen sessions from
13 April 2002 to January 2008, and was submitted for the
approval of UNCITRAL in New York.

16 The Convention on Contracts for the International
Carriage of Goods Wholly or Partly by Sea aims to create a
modern and uniform law concerning the international
carriage of goods which include an international sea leg, but
19 which is not limited to port-to-port carriage of goods. In
addition to providing for modern door-to-door container
transport, there are many innovative features contained in the
22 draft Convention, including provisions allowing for
electronic transport records, and other more technical
features to fill the perceived gaps in existing transport
25 regimes. Extensive negotiation by the Member States and
observers of the Commission has resulted in overwhelming
support for a significant increase to the limits on carrier
28 liability for cargo loss or damage that apply in most
countries. This is expected to be of substantial benefit for
shippers, particularly those in developing and
31 least-developed countries, which are consumers of
transportation services. It is expected that harmonization and
modernization of the legal regime in this area, which in many
34 countries dates back to the 1920s or earlier, will lead to an
overall reduction in transaction costs, increased predictability
when problems are encountered, and greater commercial
37 confidence when doing business internationally.

Internet: <www.uncitral.org> (adapted).

Based on the text above, judge the items below.

- 21 UNCITRAL approved a final paper dealing with the international carriage of goods.
- 22 UNCITRAL present interest involves public and private sectors.
- 23 Previous legislation failed to include a suitable uniform treatment concerning the international carriage of goods.
- 24 The present Convention lacks provision concerning the electronic transport records.
- 25 A huge increase to the limits on carrier legal responsibility for goods loss or damage will bring about a considerable benefit particularly to developed and underdeveloped countries.
- 26 Nowadays, the prevailing legal regime is rather up-to-date in a lot of countries.
- 27 The new convention is supposed to derive at least three new benefits.
- 28 In the text, "issues" (l.11) means **points in question**.

Brazilian tourism welcomed 2008 by celebrating a record: US\$ 4.953 billion entered the country's economy through the expenditures of nearly five million foreign tourists that chose Brazil as their destination last year.

The **Watercolor Plan – International Tourist Marketing**, a study aimed at helping Brazil better promote itself as a global tourist destination, challenges us to reach US\$ 7.7 billion of tourism income and 7.9 million international visitors in 2010.

According to a recommendation from the **Watercolor Plan**, the United States is considered a market of "extremely high priority" in our effort towards international promotion. This does not happen by chance: the US is the second largest sender of tourists to Brazil (only after neighboring Argentina), having been responsible for 14.4% of the international visitors' total flow in 2006.

Our main promotional message will continue to emphasize the rich diversity of Brazil's natural and cultural heritage, as well as the happiness and lifestyle of the Brazilian people. Besides the "Discover Brazil" concept (which focuses on five segments promoted overseas — Sun and Beach, Ecotourism, Sport, Culture, and Business and Events), niches such as gastronomy, luxury, adventure, afro-ethnic, and GLBT tourism also gain a special promotion in the US market.

According to the **2006 International Tourist Demand**, the American tourist is the one that spends the most in Brazil, both for leisure (US\$ 145.1/day) and on business (US\$ 202.8/day), staying an average of 17 days. Americans also show an extremely high rate — 96.5% — of intention to return, surpassing the general average of 86% shown by surveys on the **Watercolor Plan**. Brazil is a destination that keeps its visitors coming back, and it has its arms open to receive more and new American tourists.

Internet: <www.brazilcham.com> (adapted).

According to the text above, it can be said that

- 29 never before has tourism been so successful as it is now.
- 30 American tourists spent more than US\$ 4 billion in Brazil last year.
- 31 the **Watercolor Plan – International Tourism Marketing** will certainly make Brazil reach 7.9 million international tourists in 2010.
- 32 Argentinean tourists who visited Brazil represented 14.4% of the international total flow in 2006.
- 33 as before Brazil main attraction will lie in its multidiversified aspects.
- 34 Brazilian areas of trade are particularly attractive to American tourists.
- 35 Brazil present aim is to attract more and new American tourists.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

RASCUNHO

Considere que uma empresa esteja negociando acordos comerciais com os parceiros potenciais A e B, e que P seja uma probabilidade tal que $P(X = 1) = P(Y = 1) = 0,7$ e $P(X + Y = 0) = 0,3$, em que as variáveis aleatórias X e Y estão assim definidas:

- X = 1, se a negociação for bem sucedida junto a A;
- X = 0, se a negociação **não** for bem sucedida junto a A;
- Y = 1, se a negociação for bem sucedida junto a B;
- Y = 0, se a negociação **não** for bem sucedida junto a B.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 36 A probabilidade $P(X + Y = 2)$ é igual ou inferior a 0,65.
- 37 A variável aleatória $X + Y$ segue uma distribuição binomial com parâmetros $n = 2$ e $p = 0,7$.
- 38 A média e a variância de X são, respectivamente, iguais a 0,7 e 0,21.
- 39 A co-variância entre X e Y é superior a 0,20 e inferior a 0,25.

As estimativas para os valores totais das exportações (TE) e das importações (TI) brasileiras em 2008 são, respectivamente, iguais a US\$ 197 bilhões e US\$ 174 bilhões. O quadro abaixo apresenta as séries temporais dos valores totais anuais das exportações e importações brasileiras, de 2005 a 2007.

ano	2005	2006	2007
total exportado (em US\$ bilhões)	120	140	160
total importado (em US\$ bilhões)	75	90	120
saldo comercial (em US\$ bilhões)	45	50	40

Internet: <www.funcex.com.br> (com adaptações).

Com base nessas informações, julgue os itens subseqüentes.

- 40 A correlação entre TE e TI é superior a 0,50.
- 41 Ajustando-se uma tendência linear do total importado (com intercepto não-nulo), em função do tempo, por regressão linear simples, a estimativa de mínimos quadrados do TI em 2008 será inferior a US\$ 145 bilhões.
- 42 A variância amostral e o desvio-padrão amostral do saldo comercial são iguais a 25 e 5, respectivamente.
- 43 A razão TI/TE resulta em um número índice de Paasche.
- 44 As estimativas para TE e TI em 2008 são, respectivamente, os limites superior e inferior de um intervalo de confiança.
- 45 É correto considerar que o conjunto de valores observados para TE, TI e o saldo em 2007 — 160, 120 e 40 — é a realização de uma amostra aleatória simples de tamanho 3.

Com base nos princípios contábeis fundamentais e nos tipos de fatos contábeis, julgue os itens a seguir.

- 46** Se uma empresa exportadora possuir créditos vincendos em moeda estrangeira e o real estiver valorizando-se em relação a essa moeda, nessa hipótese, combinando-se o entendimento sobre os princípios da oportunidade, do registro pelo valor original, da competência e da atualização monetária, é correto concluir que esses créditos, à data do balanço, deverão sofrer um ajuste para menor em sua escrituração.
- 47** Caso um bem do ativo imobilizado, adquirido e registrado por R\$ 300.000,00, já tiver acumulado uma depreciação correspondente a 40% de sua vida útil, nessa ocasião, a venda à vista desse bem por R\$ 150.000,00 caracterizará um fato contábil misto diminutivo.

Cada um dos itens subseqüentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base nos conceitos e aplicações gerais da contabilidade.

- 48** Uma empresa comercial, nas operações com mercadorias, apurou os valores, em reais, apresentados na tabela a seguir, relativos às suas compras e vendas (não considerados os valores de tributos).

compras (sem o transporte e o seguro)	5.000.000,00
transporte sobre compras	300.000,00
seguro sobre compras	200.000,00
vendas (correspondentes à metade das compras)	3.000.000,00
transporte sobre vendas (por conta da vendedora)	100.000,00
seguro sobre vendas (por conta da vendedora)	50.000,00

Nessa situação, sabendo-se que a empresa rateia o transporte e o seguro entre as suas aquisições e os estoques finais, é correto afirmar que o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 2.750.000,00.

- 49** Uma empresa obteve um empréstimo prefixado, no valor de R\$ 500.000,00, com vencimento para 60 dias, à taxa de juros simples de 5% mensais e despesas bancárias de R\$ 5.000,00. Nessa situação, o registro correto seria o seguinte.
- D banco R\$ 495.000
D despesas de juros R\$ 5.000
C empréstimos obtidos R\$ 500.000

A respeito das demonstrações contábeis, julgue os itens subseqüentes.

- 50** As companhias fechadas, quando efetuarem transações financeiras com o exterior, estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e, conseqüentemente, terão de elaborar suas demonstrações contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.
- 51** Caso uma empresa adquira 20% das ações de outra, pelo valor de R\$ 16.000.000,00, e o patrimônio líquido da investida seja composto pelo capital social de R\$ 50.000.000,00, e por reservas, no valor de R\$ 30.000.000,00, nessa situação, de acordo com o critério da equivalência patrimonial, a investidora deverá registrar em seu ativo R\$ 10.000.000,00 a título de participação societária e R\$ 6.000.000,00 a título de ágio.

Ainda com relação a demonstrações contábeis, julgue os itens abaixo.

- 52** Os ajustes de avaliação patrimonial, para mais ou para menos, que decorram da avaliação a preço de mercado de elementos do ativo e do passivo, têm de ser incluídos na demonstração do resultado do exercício como resultados não-operacionais, no mesmo exercício em que tais ajustes sejam efetuados, segundo o princípio da oportunidade.
- 53** O fato de o aumento da inadimplência, em razão do aperto no crédito, fazer que uma empresa reestime as perdas prováveis para efeito de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, elevando seu percentual de 3% para 10%, caracteriza mudança de critério contábil, com quebra de consistência, e constitui ajuste de exercícios anteriores que deve ser representado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

RASCUNHO

Acerca da destinação dos resultados e da formação do capital de giro, julgue os itens que se seguem.

- 54** A companhia aberta que resolver remunerar seus acionistas pagando juros sobre o capital próprio deve debitá-los como despesa para efeito de dedução do imposto de renda. Entretanto, para atender às determinações da CVM, será necessário efetuar a reversão desse valor, pois os juros sobre o capital próprio devem ser destinados diretamente aos lucros acumulados, sem transitar pelo resultado do exercício.
- 55** Constituem origens de recursos, entre outros, para elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos, os resultados positivos de exercícios futuros e a transferência, do ativo realizável a longo prazo para o ativo circulante, de participação das aplicações financeiras efetuadas pela empresa.

Acerca do processo legislativo relativo aos tratados internacionais, julgue os itens seguintes.

- 56** Compete ao Congresso Nacional promover a ratificação dos tratados internacionais.
- 57** A CF estabelece expressamente que, após devidamente incorporados ao direito interno, os tratados possuem estatura suprallegal, estando submetidos apenas à autoridade da CF.
- 58** Um tratado anterior pode prevalecer sobre uma lei ordinária posterior em razão de ser mais especial que ela.
- 59** O instrumento pelo qual o Congresso Nacional demonstra o seu assentimento para com o tratado é o decreto legislativo.
- 60** Independentemente das matérias por eles versadas, os tratados internacionais são incorporados ao direito interno brasileiro mediante o mesmo processo legislativo utilizado para a aprovação das leis ordinárias.

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 61** Na qualidade de guardião da CF, compete exclusivamente ao STF exercer o controle de constitucionalidade de atos normativos em face da CF.
- 62** Os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade são os mesmos.
- 63** A arguição de descumprimento de preceito fundamental em face da CF é apreciada pelo STF.
- 64** O STF pode apreciar caso que envolva a declaração de inconstitucionalidade de tratado internacional.
- 65** De acordo com a jurisprudência do STF, não é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra medida provisória, sob o fundamento de ausência dos requisitos de urgência e relevância, por se tratar de ato que recai no âmbito da discricionariedade do presidente da República.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 66** Os atos judiciais não geram responsabilidade civil do Estado.
- 67** Os atos das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos podem gerar a responsabilidade do Estado.
- 68** Em caso de danos causados por atos de multidões, somente é possível responsabilizar o Estado caso se comprove sua participação culposa.
- 69** Prescreve em dez anos o direito de regresso do Estado contra seu agente diretamente envolvido na produção de dano a terceiro.
- 70** Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em território brasileiro geram a responsabilidade subsidiária do Estado brasileiro.

Quanto aos contratos, no âmbito do direito administrativo brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 71** Estados e municípios podem editar normas específicas sobre contratação das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais no âmbito de suas esferas de atuação.
- 72** São características do contrato administrativo: formalismo, comutatividade e bilateralidade.
- 73** Nos contratos administrativos, é vedada a alteração unilateral pela administração pública.
- 74** A legislação brasileira permite que a administração pública conceda, nas contratações públicas, tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 75** Os contratos de gerenciamento são espécie de contrato administrativo expressamente prevista na Lei n.º 8.666/1993.

No que concerne à responsabilidade internacional dos Estados, julgue os itens que se seguem.

- 76** A Convenção das Nações Unidas sobre Responsabilidade Internacional dos Estados por Atos Ilícitos originou-se de um projeto de artigos elaborado pela Comissão de Direito Internacional da ONU.
- 77** A Corte Internacional de Justiça já estabeleceu, em seus julgados, que as garantias de não-repetição são conseqüências jurídicas possíveis de um ato ilícito internacional.
- 78** A legítima defesa, uma das circunstâncias excludentes da ilicitude no direito internacional, tem seus limites regulados pela Carta das Nações Unidas.
- 79** O reconhecimento do ilícito é uma das formas de compensação previstas no direito internacional.
- 80** A Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Especiais, da qual o Brasil é parte, estabelece o princípio da responsabilidade absoluta.

Acerca da OMC e de seu entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias, julgue os seguintes itens.

- 81 Assim como as sentenças de tribunais internacionais, as decisões do Órgão de Apelação são obrigatórias, independentemente de sua adoção por quaisquer outros órgãos no âmbito da OMC.
- 82 É vedado às empresas, de grande ou pequeno porte, fazer parte, como membros, da OMC.
- 83 O Órgão de Apelação é composto por sete pessoas, as quais não devem ter vínculo com nenhum governo.
- 84 O Órgão de Apelação tem proibido a presença de *amicus curiae* em casos sob sua apreciação.
- 85 A acessão ao Acordo Constitutivo da OMC depende da aceitação por, no mínimo, três quintos dos seus membros.

No que se refere às normas tributárias, sua aplicação, vigência, interpretação e integração, julgue os itens que se seguem.

- 86 Considere que, durante os últimos dez anos, ininterruptamente, os funcionários da Receita Federal tenham permanecido nas Delegacias da Receita Federal, até as 20 horas, a cada 30 de abril — dia estabelecido pela lei tributária como prazo final de entrega da declaração anual de imposto de renda da pessoa física —, permitindo que os contribuintes entregassem suas declarações até esse horário, apesar de o expediente normal se encerrar às 18 horas. Nessa situação, desde que não haja nenhuma norma escrita sobre a matéria, o contribuinte passou a ter direito de entregar sua declaração até as 20 horas do dia 30 de abril.
- 87 O pedido de recálculo do Fundo de Participação dos Estados feito por um estado-membro da Federação deve ser julgado com base em normas de direito financeiro, apesar de essa matéria encontrar-se disciplinada no capítulo da CF denominado Do Sistema Tributário Nacional.
- 88 Se um contribuinte ajuizar ação relativa a determinado imposto contra o município onde reside e se, na legislação concernente a esse imposto, houver uma lacuna, o juiz deverá utilizar primeiro os princípios gerais de direito tributário e, sucessivamente, a analogia.

Julgue os itens a seguir, relativos aos tributos, suas espécies e à competência para instituí-los e cobrá-los.

- 89 Uma obrigação pecuniária compulsória em moeda, mas que pode ser satisfeita por meio de dação de imóvel em pagamento, não pode configurar um tributo.
- 90 Se um contribuinte viúvo domiciliado no município de Vitória – ES, proprietário de um único imóvel localizado em Brasília – DF, falecer em Manaus – AM e seus dois únicos filhos residirem em Fortaleza – CE, o imposto sobre transmissão *causa mortis* e herança deverá ser pago ao município de Fortaleza – CE.
- 91 Um tributo decorrente de uma contrapartida do estado ao cidadão, na forma de um serviço público, pode ser uma taxa ou um preço público.
- 92 Mesmo que um município opte por cobrar o imposto territorial rural e por fiscalizar seu pagamento, ele não tem o direito de estabelecer isenção desse tributo para terras localizadas em sua área.

No que tange à administração tributária, julgue os itens seguintes.

- 93 Se um agente do fisco de determinado estado divulgar o conteúdo de uma dívida fiscal inscrita na dívida ativa, ele cometerá falta administrativa.
- 94 A obrigação que certo contribuinte tem de pagar uma multa por atraso na entrega de uma declaração é considerada obrigação principal.
- 95 Se o presidente da República inserir, no rol de incidências de determinado tributo, novo fato gerador, a administração pública somente poderá cobrá-lo, relativamente a essa nova hipótese, a partir de 1.º de janeiro do ano seguinte, e desde que o ato tenha sido editado na forma de decreto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue os itens a seguir.

- 96 Os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, assim como a importação de matérias-primas industriais dessas empresas, são computados no PIB brasileiro.
- 97 A queda recente do preço das *commodities* reduz as perspectivas inflacionárias, mas não altera a renda disponível da economia brasileira.
- 98 Os fatores que afetam o desemprego estrutural de determinada região incluem a concentração industrial, o ritmo da evolução tecnológica e a imobilidade da força de trabalho.
- 99 No Brasil, as elevadas alíquotas que incidem sobre os bens de consumo duráveis reduzem o multiplicador keynesiano e tornam, portanto, a curva agregada da economia mais inclinada.
- 100 Em empresas nas quais as funções de produção são do tipo Cobb-Douglas, a expansão do estoque de capital e do emprego conduz a reduções no preço do capital.
- 101 No Brasil, quanto mais inelástica for a curva LM e quanto mais acomodatória for a política monetária, maior será o impacto expansionista decorrente da ampliação dos programas de transferência de renda, como o bolsa-família.
- 102 O crescimento substancial do agregado monetário M1, após a implantação do Plano Real, é consistente com a recuperação da credibilidade da moeda nacional como reserva de valor.
- 103 Quando o *deficit* nominal do setor público, mensurado em termos do PIB, corresponde ao produto entre a taxa de crescimento do PIB real e a razão dívida/PIB, essa razão é constante.
- 104 O fato de que aumentos nas taxas de juros podem conduzir a reduções do coeficiente de reservas é compatível com a adoção de um comportamento que vise minimizar os excessos de reservas por parte do setor bancário.

Ainda com base na teoria microeconômica, julgue os itens abaixo.

- 105** A idéia de que a propensão média ao consumo deveria se reduzir à medida que a renda das nações aumenta não se sustenta quando se levam em conta as expectativas dos agentes econômicos.
- 106** Durante a crise mexicana de 1994, as taxas domésticas de juros reais excederam substancialmente àquelas que prevaleciam nos EUA. Por ser incompatível com a condição de paridade dos juros reais, esse fato provocou fugas massivas de capitais e levou à desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano.
- 107** A explicação de que o aumento de longo prazo da renda *per capita* dos países do Leste Asiático decorre essencialmente das elevadas taxas de poupança que caracterizam esses países conforma-se tanto às predições da teoria neoclássica quanto às teorias associadas aos modelos de crescimento endógeno.

A análise microeconômica estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui um fundamento sólido à análise macroeconômica. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 108** Em face da alta recente do preço do petróleo, o aumento dos custos para um produtor que utiliza esse combustível como insumo e deseja manter o seu nível de produção será necessariamente mais elevado se o petróleo for usado em complemento aos demais fatores de produção.
- 109** O fato de um supermercado reduzir seus custos administrativos em decorrência da abertura de uma nova filial é compatível com a existência de economias internas de escala dentro dessa empresa.
- 110** Na demanda compensada de fatores, o fato de o efeito substituição cruzado ser simétrico decorre diretamente da aplicação do lema de Hotelling à função de lucros.
- 111** Para um empresário que utiliza uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, a ampliação da licença-maternidade, recentemente aprovada pelo governo brasileiro, aumenta seu custo mínimo de produção na mesma proporção que aumenta o custo da mão-de-obra decorrente dessa medida.
- 112** Caso um cliente de um restaurante ingira uma quantidade menor de comida durante uma refeição para poder comer sua sobremesa preferida, essa atitude será compatível com o princípio da utilidade marginal decrescente.
- 113** A variação equivalente e a variação compensatória da renda decorrente do aumento do ICMS relativo a automóveis serão idênticas se as preferências dos consumidores desses veículos forem quase lineares.
- 114** No Brasil, o aumento do preço das apólices de seguros de saúde decorrente da ampliação dos níveis de cobertura torna os consumidores desses seguros mais propensos ao risco.
- 115** Se uma alocação de recursos x constitui um equilíbrio de mercado aos preços p e se todos os consumidores preferem a cesta y à alocação x , então, aos preços p , o valor total da cesta y é superior ao custo total da alocação x .
- 116** No mercado de imóveis de determinada cidade, se os agentes econômicos acreditarem que, no futuro, os preços dos imóveis subirão em razão da escassez de terrenos urbanos, a curva de demanda se deslocará para a direita e a curva de oferta não será alterada.

Ainda com foco na análise microeconômica, julgue os seguintes itens.

- 117** A fixação de preços mais elevados em um mercado no qual a demanda é maior é consistente com um comportamento maximizador de lucros por parte de um monopolista que pratica discriminação de preços.
- 118** Estratégias oligopolistas como a liderança de preço por uma firma dominante e políticas ativas de diferenciação do produto constituem exemplos de colusão tácita.
- 119** O equilíbrio em estratégia dominante constitui um caso especial do equilíbrio de Nash.
- 120** Quando a oferta de bens públicos é definida pelo voto majoritário, o resultado daí decorrente constitui um ótimo de Pareto.
- 121** O fato de proprietários de imóveis segurados contra incêndios serem acusados, ocasionalmente, de atear fogo em seus imóveis é compatível com a existência de risco moral (*moral hazard*) no mercado de seguros contra esse tipo de sinistro.
- 122** De acordo com o modelo de seleção adversa, o preço das apólices de seguros de saúde deveria basear-se na incidência média de problemas de saúde referente ao grupo de potenciais compradores, em vez de levar em conta a incidência média desse tipo de problema no conjunto da população.
- 123** No Brasil, o fato de determinados colégios direcionarem o ensino para a aprovação dos alunos no vestibular das melhores universidades, mesmo comprometendo outros objetivos da educação desejados pelo governo, é compatível com a existência de contratos entre essas escolas e o governo que explicitamente respeitam o princípio da igual compensação.

A internacionalização das empresas e o tratamento dado às microempresas são tópicos relevantes no estudo da economia brasileira. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 124** Com o advento da LC n.º 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte passaram a recolher todos os impostos e contribuições devidos por meio do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conhecido como Simples Nacional.
- 125** Tanto a exploração das economias de escala como o acesso a mercados financeiros em condições mais favoráveis explica, em parte, o processo de internacionalização das empresas brasileiras.

Acerca das instituições intervenientes no comércio exterior brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 126** O SISCOMEX é a instância colegiada responsável pela coordenação da política comercial brasileira, vinculando, sob a égide da CAMEX, os órgãos intervenientes na formulação, na implementação e no acompanhamento das diretrizes e ações de comércio exterior.
- 127** A CAMEX, a mais alta instância política da estrutura de comércio exterior brasileira, é responsável pela formulação de propostas de políticas e programas de comércio exterior e pela proposição de medidas voltadas para o financiamento das exportações e para as áreas de seguro, fretes e promoção comercial, participando, ainda, das negociações internacionais relacionadas ao comércio exterior como órgão coordenador das posições brasileiras.

Julgue os itens seguintes, acerca dos regimes administrativo e tributário relativos às importações brasileiras.

128 No cálculo do valor do imposto de importação, consideram-se a aplicação da alíquota definida na tarifa externa do MERCOSUL para a mercadoria em questão e o valor aduaneiro desta segundo os critérios previstos no acordo sobre valoração aduaneira, firmado no âmbito da OMC.

129 No Brasil, como regra geral, as importações são sujeitas a licenciamento (automático e não-automático), estando deste dispensadas somente as importações amparadas em acordos preferenciais ou sujeitas a regimes aduaneiros especiais.

A respeito dos pagamentos internacionais associados ao comércio exterior, julgue os itens subseqüentes.

130 A intervenção bancária nos procedimentos de pagamento decorrente de uma operação de comércio exterior restringe-se à efetuação das operações de contratação e de liquidação de câmbio.

131 As diversas modalidades de pagamento internacional implicam margens de risco diferenciadas para os exportadores. Nesse sentido, é correto afirmar que a cobrança documentária envolve riscos maiores que o pagamento por meio de carta de crédito.

Julgue os itens a seguir, referentes à classificação e às modalidades de regimes aduaneiros.

132 O *drawback* é a modalidade de regime aduaneiro especial que se aplica às mercadorias que ingressam no território do país por tempo determinado e que são destinadas à realização de eventos artísticos, científicos e culturais, envolvendo, em tal caso, a suspensão total dos tributos exigíveis.

133 Os regimes aduaneiros são classificados como comum e especiais. Os regimes aduaneiros especiais distinguem-se do regime aduaneiro comum por contemplarem, sob formas diversas, a entrada e a saída de mercadorias do território nacional com isenção ou suspensão dos direitos aduaneiros aplicáveis.

134 Implantadas com o objetivo de promover o desenvolvimento conjunto mediante a integração econômica de países, as áreas de livre comércio, como categoria de regime aduaneiro atípico, consistem de espaços transfronteiriços em que é permitida a livre circulação de bens e de serviços, mediante a remoção de obstáculos tarifários e não-tarifários.

135 As zonas de processamento de exportação (ZPEs), como instrumentos de desenvolvimento regional e forma de regime aduaneiro atípico, diferenciam-se das áreas de livre comércio pelo fato de que há a exigência de que os bens produzidos naquelas sejam necessariamente destinados à exportação.

136 A Zona Franca de Manaus usufrui de tratamento tributário diferenciado, particularmente no tocante à importação de insumos destinados à industrialização, os quais, quando procedentes do exterior, são isentos do imposto de importação e, quando provenientes do mercado interno, são isentos do ICMS.

Considerando os tratamentos administrativo e aduaneiro aplicados às exportações brasileiras, julgue os itens seguintes.

137 A exportação em consignação é uma modalidade especial de exportação em que mercadorias são enviadas ao exterior para fins de promoção comercial, devendo ser efetuado seu retorno no prazo de 180 dias, sem qualquer incidência tributária, no caso de não terem sofrido modificação ou de não ter ocorrido sua venda.

138 No atual regime tributário brasileiro, as exportações diretas e indiretas estão isentas do IPI e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e sobre elas também não incide o ICMS.

139 Os procedimentos administrativos das exportações efetuados junto ao SISCOMEX envolvem, no que toca à empresa exportadora, o credenciamento no Registro de Exportadores e Importadores (quando da realização da primeira operação), o preenchimento do Registro de Operação de Crédito e do Registro de Exportação e, nos casos de produtos sujeitos a procedimentos especiais, o preenchimento do Registro de Venda e o processamento do Despacho Aduaneiro de Exportação.

No que se refere a defesa comercial, julgue os itens que se seguem.

140 O sistema de defesa comercial brasileiro está organizado essencialmente em torno de duas instâncias: o Departamento de Defesa Comercial, órgão executivo vinculado à Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, com competência de propor a abertura e conduzir investigações para a aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas, e de recomendar a aplicação das medidas de defesa comercial previstas nos acordos da OMC; a CAMEX, cujas competências incluem a aplicação de medidas provisórias e o encerramento de investigação com aplicação de medidas definitivas.

141 A aplicação de medidas de salvaguarda pode assumir a forma de aumento do imposto de importação ou de restrições quantitativas, sempre com o propósito de prevenir ou reparar prejuízos à indústria doméstica causados pelo abrupto aumento das importações.

142 A característica comum das medidas *antidumping* e das medidas compensatórias é seu caráter seletivo, diferenciando-as, nesse sentido, das salvaguardas comerciais, que, por força da razão pela qual são acionadas, não discriminam os produtos importados pela procedência.

Julgue os itens de **143** a **145**, relativos aos instrumentos básicos de política comercial.

143 Com o objetivo de tornar as exportações mais competitivas internacionalmente, os governos concedem incentivos direcionados tanto à produção quanto à comercialização de bens a serem exportados, o que corresponde a um diversificado conjunto de medidas nos campos fiscal — como desoneração, suspensão, isenção de tributos incidentes sobre a produção e a própria mercadoria exportada — e financeiro — como concessão de financiamento em condições facilitadas e de garantia de seguro de crédito às exportações.

144 Embora o GATT proíba, como regra geral, a aplicação de medidas restritivas de caráter quantitativo, a imposição de cotas de importação é reconhecida como medida de política comercial legítima, quando de caráter condicional, excepcional e temporário, para a correção de desequilíbrios do mercado doméstico.

145 Segundo a OMC, desde o início da década passada, observa-se a contínua proliferação de acordos preferenciais regionais. Espera-se que aproximadamente 400 acordos de tal modalidade estejam em vigor até 2010, o que atesta a valorização dos acordos como instrumentos de política comercial, dado que, mediante tais acordos, os países podem usufruir de condições mais flexíveis e diferenciadas de acesso a mercados do que as definidas nos acordos e compromissos multilaterais.

Acerca de mecanismos e modalidades de financiamento às exportações brasileiras, julgue os itens subseqüentes.

146 O PROEX opera em duas modalidades: financiamento da exportação de bens e serviços realizada, como princípio geral, por micro, pequenas e médias empresas; equalização de taxas de juros, modalidade à qual as empresas são elegíveis independentemente de seu porte.

147 É uma modalidade de financiamento de exportações a concessão, pelos bancos autorizados a operar com câmbio, de adiantamento total ou parcial, em moeda nacional, dos contratos de câmbio, permitindo ao exportador receber à vista os recursos de uma venda realizada a prazo e, assim, obter capital de giro e custear a aquisição de insumos, matérias-primas e outros recursos necessários à produção de mercadoria a ser embarcada.

148 A fim de se otimizar a aplicação de recursos oficiais disponíveis para o financiamento das exportações e se evitar a duplicidade de instrumentos e modalidades de operação, o financiamento da produção de bens a serem exportados é realizado apenas por meio do BNDES-EXIM, linha de crédito do BNDES; já o financiamento da comercialização de bens e de serviços no exterior é efetuado apenas por meio do PROEX, mantido pelo Banco do Brasil, na condição de agente financeiro da União.

149 O financiamento para a produção nacional de bens voltados para a exportação no âmbito do programa BNDES-EXIM, como regra geral, é obtido junto às instituições financeiras credenciadas no programa, em que está estabelecida como condição indispensável a nacionalização mínima de 60% dos bens a serem produzidos.

No que concerne à classificação de mercadorias utilizada atualmente no Brasil, julgue o item seguinte.

150 O instrumento de classificação de mercadorias atualmente empregado pelo Brasil é a Nomenclatura Comum do MERCOSUL, criada em 1995 em substituição à Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração (NALADI/SH), que foi empregada de 1980 até 1995.

Julgue o item abaixo, relativo ao transporte internacional de mercadorias.

151 Por motivo de segurança e de harmonização de procedimentos, o transporte aéreo de mercadorias que sejam objeto de comércio internacional somente pode ser realizado por companhias pertencentes à Associação Internacional de Transporte Aéreo, organismo que estabelece as normas que regem tal atividade.

Com relação à promoção do comércio, julgue os itens que se seguem.

152 A ampla disseminação das rodadas de negócio, associada à realização de feiras e de exposições internacionais ou a missões empresariais, projeta-as como importante instrumento de promoção comercial que, por seu baixo custo, torna-se particularmente acessível a empresas que dispõem de recursos limitados para empreender ações de promoção de maior alcance.

153 A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) é uma instituição autônoma com a missão de divulgar a imagem do país no exterior por meio da coordenação e execução de eventos internacionais (missões comerciais, feiras e encontros de negócios) e de programas que revertam em oportunidades para o incremento das exportações e para a promoção dos investimentos brasileiros no exterior.

Considerando a aplicação dos INCOTERMS, julgue o item abaixo.

154 Apesar de amplamente disseminado, é facultativo o emprego dos INCOTERMS na celebração de um contrato de comércio exterior; mas, uma vez acordado o seu uso, o termo escolhido adquire força contratual, definindo, então, a repartição dos custos e os direitos e as obrigações das partes em relação às condições de entrega e transferência de propriedade da mercadoria objeto do contrato.

Julgue o item a seguir, relativo a operações de câmbio.

155 Considerando-se que uma empresa, após ter realizado uma operação de exportação no valor de US\$ 3 milhões, a serem recebidos em 90 dias, tenha, com base na expectativa de tal recebimento e com o propósito de obter liquidez imediata, contraído empréstimo, junto a um banco japonês, de valor equivalente em *yens* e a ser liquidado na mesma data do recebimento da exportação realizada, é correto afirmar que essa empresa deve realizar uma operação de arbitragem de câmbio, para garantir o equilíbrio da transação realizada e resguardar-se do risco de oscilações cambiais.

A internacionalização crescente do espaço econômico faz que o estudo da teoria do comércio internacional, incluindo os aspectos macro e microeconômicos das economias abertas, seja fundamental para uma inserção adequada no cenário mundial. Acerca desse assunto, julgue os itens de **156** a **164**.

156 De acordo com o modelo ricardiano, as vantagens comparativas, baseadas em diferenças nos custos de produção, na demanda e na presença de economias de escala, justificam a existência do livre comércio entre países e se traduzem em ganhos adicionais para consumidores e produtores domésticos.

157 No modelo de Heckscher-Ohlin, a idéia de que o comércio internacional promove a convergência e até a equalização dos salários entre países não se sustenta caso essas economias utilizem tecnologias distintas.

158 Além da possibilidade de segmentar os mercados doméstico e internacional, a prática de *dumping* no comércio internacional supõe que as empresas envolvidas fixem seu nível de produção no ponto em que o seu custo marginal de produção seja igual à receita marginal obtida no mercado doméstico.

159 A hipótese de Linder de que o volume de comércio é maior entre países ricos e semelhantes do que entre países com níveis de rendimento *per capita* distintos decorre, em parte, da existência de economias de escala e dos padrões diferenciados de demanda que prevalecem nesses dois grupos de países.

160 As economias de escala dinâmicas, decorrentes da diferenciação de produto e da presença de *learning by doing*, constituem uma das bases para a existência do comércio intra-industrial.

161 No balanço de pagamentos, as transações de reservas oficiais representam a diferença entre o saldo da conta-corrente e a parcela não-reservas da conta de capital adicionada do saldo em moedas estrangeiras.

162 Em presença de taxas de câmbio fixas, a eficácia da política monetária será reduzida porque os deslocamentos iniciais da curva LM serão revertidos em razão dos efeitos monetários sobre o balanço de pagamentos, levando, assim, a um deslocamento compensatório da curva BP.

163 De acordo com a hipótese do crescimento empobrecedor, os efeitos perversos sobre os termos de troca, decorrentes do crescimento econômico baseado nas exportações, serão tanto mais elevados quanto mais inelástica for a curva de oferta e demanda relativa mundial dos produtos transacionados.

164 A idéia de que, nos países avançados, o comércio internacional prioriza inovações tecnológicas fortemente baseadas em trabalho qualificado para dificultar a imitação tecnológica pelos países menos desenvolvidos é consistente com a hipótese de complementaridade entre o capital humano e as novas tecnologias, que resulta no aumento das desigualdades salariais nesses grupos de países.

Em relação aos modelos de industrialização e suas implicações sobre as políticas comerciais, julgue os itens subseqüentes.

165 Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insularem o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.

166 Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.

167 A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

O sistema multilateral de comércio, fundamentado nos princípios do GATT e subsequentemente da OMC, rege o comércio entre países. Acerca desse sistema, julgue os itens a seguir.

168 Ações retaliatórias dos países-membros em resposta a barreiras comerciais consideradas injustas são permitidas pela OMC desde que por ela sancionadas.

169 A exemplo da OMC, as normas e os acordos no âmbito do GATT aplicam-se ao comércio de mercadorias, de serviços e de direitos de propriedade intelectual referentes ao intercâmbio externo, sendo, pois, subscritos por todos os países.

170 As atribuições do órgão de solução de controvérsias, no âmbito da OMC, incluem a criação de painéis, a adoção do relatório do painel, o acompanhamento da implementação das recomendações sugeridas pelo relatório do painel, bem como a autorização da imposição de sanções aos Estados que não se adequarem ao relatório.

171 A adoção de incentivos fiscais que beneficiem unicamente empresas que utilizem um percentual mínimo de componentes domésticos como insumos representa um exemplo típico de restrição comercial tratada no âmbito do Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (TRIMS).

172 Desde que não se configurem como restrições ao comércio agrícola, políticas de proteção ambiental, como aquelas destinadas a proteger a vida humana contra doenças provocadas por animais e plantas e a preservar a fauna e a flora, são contempladas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

173 As regras de origem podem representar uma forma implícita de proteção aos insumos importados por determinadas empresas, concorrendo, assim, para insulá-las das conseqüências decorrentes da adesão a uma área de livre comércio.

174 Para fins de valoração aduaneira, no método do valor dedutivo, deve-se subtrair do preço associado à maior quantidade agregada (*greatest aggregate quantity*) as despesas com embalagem, transportes e seguros, bem como aquelas referentes aos gastos com comissões sobre as vendas, acordadas entre as

175 Muitos países em desenvolvimento não utilizam todo o potencial do Sistema Geral de Preferência (SGP) para aumentar suas exportações porque a dinâmica desse sistema, cujas regras — particularmente aquelas envolvendo as regras de origem —, além de complexas, são freqüentemente alteradas, dificultando, assim, o acesso dos pequenos exportadores aos benefícios desse sistema.

Os processos de integração regional, que removem parcial ou totalmente as barreiras comerciais — tarifárias e não-tarifárias — em grupos seletos de países, podem assumir diferentes formas e níveis de integração. Com base nesse assunto, julgue os itens a seguir.

176 Os acordos de integração regional, tais como zonas de preferências tarifárias e mercados comuns, não somente permitem que as empresas auferam os ganhos derivados das economias de escala propiciadas pelo aumento do mercado, mas também conduzem a aumentos de eficiência devido a maior competição entre as empresas dos países-membros.

177 A União Européia constitui uma união aduaneira porque, nela, os países-membros, além de não imporem restrições comerciais entre si, partilham uma moeda comum e adotam políticas fiscais e monetárias unificadas.

178 No que diz respeito ao comércio de produtos agrícolas, as regras tarifárias previstas no âmbito do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) aplicam-se igualmente aos países signatários desse acordo.

179 Quanto às normas de origem no âmbito da ALADI, as mercadorias elegíveis incluem aquelas fabricadas em seus territórios, incluindo as atividades de ensamblagem ou montagem, realizadas no território de um país participante utilizando materiais originários dos países participantes do acordo e de terceiros países.

180 No marco institucional do MERCOSUL, definido pelo Tratado de Assunção e pelo Protocolo de Ouro Preto, as negociações entre governos, sem mediação de órgãos supranacionais, resultam em decisões consensuais, visto que nesse acordo não se faz uso de votações.

